

A Organização do Conhecimento e os Saberes: Elementos de Reflexão Crítica sobre o Processo de Representação

Marcio Ferreira da Silva
Carlos Cândido de Almeida

Como citar: SILVA, Marcio Ferreira da; ALMEIDA, Carlos Cândido de. A Organização do Conhecimento e os Saberes: Elementos de Reflexão Crítica sobre o Processo de Representação *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.241-258. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p241-258>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

8

A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO E OS SABERES:
ELEMENTOS DE REFLEXÃO
CRÍTICA SOBRE O PROCESSO DE
REPRESENTAÇÃO

*KNOWLEDGE ORGANIZATION
AND KNOWLEDGE COMMUNITIES:
ELEMENTS OF CRITICAL
REFLECTION ABOUT THE
REPRESENTATION PROCESS*

*Marcio Ferreira da SILVA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA*

*Carlos Cândido de ALMEIDA
Universidade Estadual Paulista - UNESP*

Resumo: A padronização de comportamentos e homogeneização cultural são tencionadas e confrontadas pelas comunidades de saberes por novas perspectivas de representação ante modelos universalizantes. Nessa condição, a cultura torna-se dispositivo teórico elementar para pensar os processos de Organização e Representação do Conhecimento. Na busca por compreender esses elementos e validar termos e conceitos, nosso objetivo neste capítulo é reconfigurar a discussão de comunidades discursivas acadêmicas e altamente ativas no capitalismo global para comunidades de saberes. A noção do saber é compreendida como uma categoria ampla por reunir diversas expressões culturais. Dessa maneira, ao entender como os conhecimentos dos grupos sociais são agrupados e representados, teremos meios para entender os territórios. Assim, corroborar a elaboração de critérios de validação dos termos e dos sistemas de representação escolhido por um determinado grupo.

Palavras-chave: organização do conhecimento; comunidades de saberes; cultura; Ciência da Informação; representação da informação.

Abstract: Behavior standardization and cultural homogenization are pressured and confronted by knowledge communities through new representation perspectives in the face of universalizing models. In this condition, culture becomes an elementary theoretical agent to think about Knowledge Organization and Representation processes. To understand these elements and validate terms and concepts, the aim of this chapter is to shift the discussion from academic and highly active discourse communities in global capitalism to knowledge communities. The notion of knowledge is understood as a broad category for comprehending more cultural expressions. In this sense, by understanding how knowledge in social groups is grouped and represented, we have the means to understand territories; and thus, support the elaboration of validation criteria for representing the terms and systems chosen by the group.

Keywords: knowledge organization; knowledge communities; culture; Information Science. information representation.

1 INTRODUÇÃO

As consequências da incorporação das características civilizatórias contemporâneas na cultura podem ser creditadas aos processos de apropriação de modelos uniformes e universais de representação da realidade. A padronização de comportamentos e homogeneização cultural sugere um sentido da experiência humana limitada para algo restrito e de mesma natureza ou de expressão idêntica, sem a consideração da diversidade.

Isso ocorre sobretudo nos diferentes espaços institucionais que utilizam estratégias e procedimentos de representação da informação, mas deslocadas de elementos identitários em relação a um dado universo cultural. Ocorre que o padrão delineador na dimensão capitalista vai operar na dimensão da raça para tomar o controle de corpos, mentes e das práticas através de categorias de classificação humana em inferiores/superiores, irracionais/rationais, primitivos/civilizados e tradicionais/modernos (Quijano, 2010).

Todavia, as experiências históricas e o aprendizado coletivo geram expectativas de novas formulações sobre as comunidades locais, seja na política, religião, educação, economia, seja nas ciências. Tensionadas pelas comunidades de saberes, novas perspectivas de representação ante modelos universalizantes das culturas surgem na cena atual e demandam novos paradigmas à Ciência da Informação e à Organização do Conhecimento. Cabe destacar que as comunidades de saberes consistem em todas as comunidades e grupos culturais residentes além das fronteiras institucionais acadêmicas.

Sendo assim, a cultura é o dispositivo teórico elementar para pensar os processos e produtos da Organização do Conhecimento e as práticas de representar o conhecimento produzido socialmente. A elaboração de instrumentos de classificação do conhecimento - estruturas que estabelecem hierarquias -, categoriza conceitos admitidos globalmente como superiores e requer de profissionais da informação a percepção fina das manipulações e desarticulações da dinâmica social. Assim, desvelam-se os interesses dos

contextos que impulsionam a escolha de termos, bem como sua validação e reconhecimento cultural pelos grupos representados.

Não obstante, em seu sentido etimológico e polissêmico, observa-se a dificuldade conceitual e a complexidade que o termo cultura nos impõe. Isto exposto, implica à Organização do Conhecimento aproximar-se do assunto para conhecer, reconhecer e reavaliar as escolhas para organizar e representar as informações.

Do ponto de vista histórico, considerando as relações de poder que entrecortam as populações tradicionais como os povos negros, sequestrados do continente africano e os povos indígenas, originários no Brasil, verificamos que estas são alijadas do processo de distribuição das riquezas nacionais. É ilustrativo o fato de as populações negras ao longo da história serem alijadas da concepção de “civilização”. Tais culturas foram fortemente impactadas pela prática do racismo no Brasil, como os saberes das religiões de influência africana, dos quilombos urbanos e rurais, dentre outros.

Esse aspecto relevante foi estudado por Almeida (2020) e apresentado em três formulações conceituais que definem o fenômeno do racismo em individual, institucional e estrutural. Esses conceitos são operados para assegurar as relações de poder, na cena das disputas individuais e coletivas para desqualificação do outro pelo racismo. O racismo individual é concebido na ação do indivíduo ou do coletivo, como uma “patologia”, postura irracional “a ser combatida no campo jurídico”. Essa concepção, segundo Almeida (2020, p. 36-37) é frágil por desconsiderar sociedades ou instituições como racistas.

A acepção do conceito institucional sugere que as instituições alargam as possibilidades do racismo pela via da regulamentação e normalização dos comportamentos: “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (Almeida, 2020, p. 40). A concepção do racismo estrutural está diretamente relacionada ao racismo institucional normatizador das relações de poder e ao “[...] estabele-

cimento e manutenção da ordem social”. O racismo estrutural decorre dos padrões racistas impostos por instituições para proteger a ordem social pela qual estão inseridas. Em suma, as acepções estão interligadas e “[...]as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2020, p. 47).

Com efeito, as ideologias naturalizam de forma consciente ou inconsciente o racismo via práticas culturais, profissionais, científicas e corroboram a operação do racismo na política, no direito, na economia, na educação, na comunicação e na informação para sustentar representações da realidade que favoreçam os grupos privilegiados.

Para Souza (2021, p. 45-57) essas disputas resultam de uma dimensão mais profunda e complexa umbilicalmente vinculada à moral enraizada no processo de dominação social, na desarticulação das ideias morais compartilhadas coletivamente:

Assim pode-se manipular a raiva do próprio oprimido contra ele mesmo ou contra os outros oprimidos[...]. Gostaria de chamar de *racismo* precisamente esse processo de tornar inarticulado esse mundo compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade. (Souza, 2021, p. 54).

Exposta essas considerações iniciais, este capítulo parte do pressuposto que para o processo de representação da informação de comunidades discursivas, a aproximação junto aos seus espaços de resistência é um elemento essencial para conhecer com profundidade as dimensões utilizadas pelo grupo. Em consequência, para validar termos e conceitos de um sistema de organização do conhecimento, demanda-se a compreensão da cultura, dos aspectos identificadores do comportamento, das condutas sociais e do reconhecimento da diversidade dos saberes e valores existentes em um grupo. Objetiva-se assim deslocar a discussão das comunidades discursivas acadêmicas e altamente ativas no capitalismo global para comunidades de saberes como categorias de análise mais abrangente. A noção de saber deve ser a categoria mais ampla a ser discutida no ensino da Ciência da

Informação por conter o maior número de expressões culturais, sendo as comunidades acadêmicas, intelectuais e profissionais apenas os tipos mais valorizados desta.

2 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS SABERES

A tarefa da Organização do Conhecimento é complexa por reunir, discutir e propor soluções à produção do conhecimento humano. Corresponde a uma disciplina investigativa que analisa leis e princípios, procedimentos para organizar um conhecimento com objetivo de recuperação (Barité, 2001, Barité *et al.*, 2015; Cunha; Cavalcanti, 2008). O campo preocupa-se com a “[...] natureza e qualidade dos processos de Organização do Conhecimento, bem como dos Sistemas de Organização do Conhecimento” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução nossa).

A natureza epistemológica dual, dedicada aos processos e aos produtos resultantes, mostra a dificuldade para deslocar o campo a outros objetos de análise. Os produtos dos saberes não científicos, os processos não convencionais de representação, as comunidades não acadêmicas e sistemas de organização de áreas não convencionais tendem a receber menos atenção dos especialistas, seja na pesquisa, seja na formação.

A Organização do Conhecimento, com vistas ao contínuo desenvolvimento teórico e conceitual, tem desenvolvido seus fundamentos teóricos e metodológicos em constantes diálogos com outros ramos do saber como Filosofia, Sociologia, Comunicação, Estudos da linguagem, o que precipita o surgimento de abordagens críticas.

As abordagens críticas consistem, portanto, na contestação da ampliação de procedimentos com critérios objetivos à representação do conhecimento e ausentes de desvios. Uma das ênfases dessas abordagens recai sobre as práticas que visam organizar e representar a informação, quando atribuímos ou omitimos características (identitárias) aos termos escolhidos (Olson, 2002), que sustentarão sub-representações não reconhecidas

pelos segmentos sociais mais abastados. A outra é a suposta perspectiva da neutralidade como prática na elaboração dos sistemas de representação do conhecimento requisitados como condutas eficientes para a construção de sistemas de Organização do Conhecimento (Hjørland, 2007, p. 8), regulados por uma dimensão imperativa de observar e entender o mundo (Guimarães; Pinho, 2007).

Para tanto, entendemos que ação efetiva deve ser pactuada pelo reconhecimento cultural e da diversidade de saberes dos grupos sociais refletido nas práticas da representação ancoradas em dimensões multidisciplinares orientadas pelas especificidades das comunidades discursivas, as quais são apartadas das narrativas globais e consideram a pós-modernidade como momento de inflexão e questionamentos entres saberes (científicos e narrativos).

Assim, há necessidade de um movimento de complementaridade, qual seja, assim estreitar as relações com segmentos não científicos por entender que há elementos desconhecidos, necessários para refinar as interpretações dos fenômenos sociais. De modo específico, áreas de pesquisa como Organização do Conhecimento e Ciência da Informação terão somado significativas contribuições para identificar e solucionar os problemas de suas pesquisas para proporcionar representações mais próximas da realidade crível nos ambientes das comunidades de saberes:

Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contração do futuro. (Santos, 2002, p. 259).

As comunidades de saberes emergentes estão conscientes do pertencimento de um espaço singular estabelecido por conexões e características essenciais ao desenvolvimento de seus membros. Estas são nutridas pelas rotinas de compartilhamento de conjunto de valores éticos, morais, reli-

giosos, socioculturais, históricos, políticos e interesses comuns em espaços físicos ou virtual, categorizados socialmente. Nesse sentido, Hjørland (2002) ressalta a importância do contexto cultural, social e histórico nas tarefas de representação do conhecimento de um domínio face à elaboração de sistemas de representação. Ademais, o domínio significa interação e entendimento sobre um pensamento ou discurso de uma comunidade (Hjørland; Albrechtsen, 1995), seja escolar, religiosa, agremiação, política, seja comercial, dentre outros (Hjørland, 2004).

Entendemos o domínio para além dos segmentos da fronteira institucional e formal em direção a um universo mais amplo de trocas e compartilhamentos. Eles devem possibilitar entrever novas experiências acerca da elaboração de sistemas de classificação bibliográficas, dos processos de representação no tratamento temático da informação e dos produtos como índices e resumos, na composição de listas de cabeçalhos de assuntos, de tesouros, de terminologias e de ontologias (Guimarães, 2009).

Em linhas gerais, quanto à aproximação da análise de um domínio ou dos saberes de uma cultura sub-representada, poderá descortinar expectativas das comunidades discursivas em relação à constituição de representações adequadas aos seus produtos. Isso posto, ampliar-se-á a identificação de componentes de pertencimento validados pelo grupo social da comunidade de saberes e a viabilização das etapas de organização e representação do conhecimento.

Toda confluência de garantias (literária, documental, usuário, cultural) das representações arroladas por meio do vínculo científico ou nível de instrução da comunidade discursiva tem garantido a validação das representações (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Barité, 2010). Outrossim, a garantia dos instrumentos de representação do conhecimento não é anulada pela coexistência de formas de validação das representações por meio das comunidades criadoras do conhecimento, como os saberes ancestrais indígenas e dos afrodescendentes. Pelo contrário, isso complementa uma ação regular e conectada às narrativas desses grupos, fixadas pela ligação

entre os termos e a experiência, do envolvimento com o local em oposição às perspectivas generalizantes e afastadas da realidade.

A Organização do Conhecimento deve conduzir-se pela diversidade de espaços de produção cultural dos saberes: territórios urbanos ou rurais, grupos étnicos e segmentos coletivos como negros, populações indígenas, mulheres, moradores de rua, imigrantes, refugiados, homossexuais, pessoas idosas, obesos, moradores de comunidades ou “favelas”, grupos portadores de alguma deficiência física e ainda outros mais específicos como os terreiros de Umbanda e de Candomblé, Jurema Sagrada, Bumba-meu-Boi, Samba, Capoeira, dentre outros que compõem a cultura brasileira.

O processo mental de classificar as coisas (Cunha; Cavalcanti, 2008), como identificar, separar assuntos, ideais, coisas (Vickery, 1980, p. 23) por semelhanças e diferenças, segundo um ponto de vista, bem como estabelecer elementos hierarquizados entre rótulos (classes e subclasses) sobre determinado conhecimento por meio de sistemas de classificação do conhecimento, teve ao longo do percurso teórico da Organização do Conhecimento sustento nos princípios aristotélicos e na árvore de Porfírio, ainda predominante para sua organização, influenciando os sistemas de classificação atuais (Monteiro; Giraldes, 2008, p. 19)

Ao trabalhar com o conhecimento produzido pela humanidade, registrado e divulgado por meio de consenso socializado (Barité, 2001, p. 39, tradução nossa), reivindica-se ao profissional da informação identificar a dinâmica que esse processo provoca nas comunidades autoras e na sua diversidade. Dessa maneira, possibilita conhecer além do registrado, os elementos da subjetividade da cultura dos grupos sociais e tomar contato com paradigmas e tradições para entender a realidade de seu território.

Ainda que cada classificação imponha o reconhecimento do momento histórico de sua origem – como na classificação dos seres próxima das ideias de Aristóteles e de interesse de lógicos e cientistas – é relevante a elaboração de sistemas de classificação e representação do conhecimento para pensar seus limites. É o que observa quando se analisa sistemas em

uso, como a CDD e CDU atualizados com relativa periodicidade e a cobertura adequada da representação dos assuntos em determinada situação e local.

Obviamente, os sistemas de classificação do conhecimento foram elaborados em diversos contextos e situações históricas. Ainda assim, muitas críticas aos sistemas têm sido recorrentes na literatura acusando as inconsistências e sub-representações de saberes de determinados grupos sociais. A noção de saber é a categoria adequada para compreender as produções intelectuais de diversas comunidades, contudo a forma de acercar-se a ele é dificultada pelas propostas metodológicas que temos utilizado em Organização do Conhecimento para extrair informação dos documentos ou organizar coleções.

3 REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SABERES

Os sistemas de classificação, os processos e os produtos podem apresentar elementos desalinhados com a cultura representada. No âmbito da Organização da Conhecimento, podemos localizar reflexões e esforços de natureza crítica à compreensão das realidades e das dinâmicas socioculturais, cada vez mais complexas, no que tange à cobertura dos sistemas de representação do conhecimento e na identificação de sub-representações do conhecimento de grupos sociais ignorados historicamente pelas narrativas globais. Essas diferenças de representação impõem uma postura crítica e contrária aos discursos de cunho universalista. A cena pós-moderna inclui mudanças culturais que demandam espaços mais reflexivos e acolhedores (Lyotard, 1988), bem como sugere aos campos científicos refletirem sobre suas técnicas e métodos.

Este tipo de análise, para Semprini (1999, p. 155), torna-se mais importante que a “...significação estabelecida pelos enunciadores institucionais (poderes públicos, forças políticas)” e na generalização imposta pela globalização. A narrativa da nação e a ênfase na tradição que pavimenta o

caminho para a identidade nacional, bem como a invenção de tradições de uma cultura nacional e o mito fundacional são destacados por Hall (2001, p. 52-56) como mecanismo para entender como as narrativas nacionais são universalizantes e apagaram as expressões de grupos inteiros.

Para Rufino (2014), aproximar o fazer científico dos saberes assegura o diálogo com conhecimentos sobre outras modalidades de experiências no mundo:

[...] o que se pretende é a proposição de uma nova forma de relacionamento entre os conhecimentos científicos e outras formas de conhecimento, favorecendo não somente a superação da monocultura do conhecimento científico, como também a noção de que outras formas de conhecimento são opções ao saber científico [...] (Rufino, 2014, p. 154).

Essas premissas retomam a questão sobre o fazer representacional e a constituição de instrumentos cuja neutralidade é impossível em decorrência de ideologias, dilemas éticos e preconceitos culturais que interferem direta e indiretamente na prática de representação da informação. As práticas de classificadores e de indexadores são fazeres representacionais, que atuam na Organização do Conhecimento tido como válido e na extração de assuntos tomados como objetivos.

A análise crítica dos sistemas de classificação visa contestar as proposições metodológicas e teóricas para o reconhecimento de outras narrativas em uma ação dialógica urgente entre ciência e saberes locais. Esse processo tem sido explorado por pesquisadores da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, com as produções de dossiês temáticos de periódicos da área e a articulação de coletivos de profissionais e pesquisadores negros do campo, por exemplo.

Sobre a questão da representação, observamos críticas contundentes sobre os sistemas de classificação utilizados para representar a informação como CDD e CDU (Afolabi, 1992; Furner, 2007; Miranda, 2007, 2009, 2011, 2019, 2020; Silva; Almeida, 2018). Esses estudos e reflexões de-

monstram que, para determinados segmentos e culturas, os sistemas não conseguem representar seus saberes, como aqueles de origem e influência africana no contexto brasileiro. Isso exposto, é imperativo alcançar maior profundidade nas abordagens e construir técnicas que concebam estruturas mais adequadas de representação dos grupos.

Ao panorama apresentado, devemos discutir ainda sobre as dimensões das representações que se somam aos contornos sociais das trocas culturais para contribuir no processo pelos quais elementos subsidiam a validação dos termos que compõem sistemas e os produtos destinados à Organização do Conhecimento.

Está em jogo também a própria noção de conhecimento, contrastando uma entidade construída coletivamente e um fenômeno mental ocorrido no cérebro de um indivíduo. Para superar essa pseudodicotomia, sugere-se refletir acerca das representações sociais apresentadas por Moscovici (1978, p. 26), “[...] uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Esse produto da representação tem relação direta com a realidade do grupo, o qual reinscreve algo não-familiar como familiar de acordo com o olhar dos saberes existentes. Ou seja, quando se integra um elemento novo ao preexistente, passa-se a compor um novo senso comum, representando algo não-familiar e tornando-o reconhecido, familiar e comum. Deve-se, sobretudo, atentar-se para como as coletividades significam e operam as representações (Crusoé, 2004).

Dois aspectos que podemos considerar como fundamentais ao tomar as representações sociais como suporte teórico e metodológico do processo de validação. A objetivação como primeiro enfoque do processo das representações do objeto consiste na busca da materialidade dos conceitos ao converter o abstrato em algo representativo da realidade como uma imagem, ou seja, não-familiar para familiar.

Essa transição para a objetivação supõe dois procedimentos fundamentais na abordagem de Moscovici (2003). O primeiro, a seleção e a

contextualização na extração de elementos do objeto social no contexto de surgimento, considerado aqui os aspectos contextuais aos quais o sujeito desloca informações conforme conhecimento prévio com base em critérios culturais. Assim, forma-se um núcleo figurativo com elaboração de um modelo de representação dos conceitos e naturalização de elementos para a cristalização dos conceitos, isto é, tornar-se concreto, quase palpável, passando a fazer parte da própria realidade (Santos; Almeida, 2005).

O segundo procedimento é a ancoragem, que consiste nas escolhas para representar alguma coisa ou lugar, atribuir nome, marcação simbólica para fixar o não-familiar. Consiste em encaixar o objeto em um conjunto de valores ou redes de significações ou sistema de pensamentos preexistentes, algo desconhecido se estabelece nas conexões com o comum (Santos, 1994; Santos; Almeida, 2005).

Desses dois procedimentos do processo das representações sociais, poderá derivar um conjunto de categorias e classificações elencadas a partir das significações do sujeito social – sujeito nessa concepção sempre é social - e da carga de interferência externa e interna da interação ao qual está cercado, na perspectiva de proporcionar validação pelo grupo em relação ao que se deseja representar. O passo inicial para esse reposicionamento é compreender como os grupos e os saberes pensam e materializam as representações desses conceitos.

A Organização do Conhecimento deve seguir esses macroprocedimentos da teoria das representações sociais para derivar suas categorias, classes e demais representações. Sem o aval dos saberes locais, não é possível identificar o familiar, constructo fundamental para representar a realidade social e, conseqüentemente, os materiais de informação.

4 CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

Como visto, devemos seguir a fase das representações sociais para reforçar a abordagem crítica dos sistemas de classificação, especialmente

os universais. Objetivamos chamar a atenção para a necessidade de deslocamento da discussão, das comunidades discursivas, tomadas unicamente como acadêmicas, para as comunidades de saberes locais. Os saberes como categoria teórica mais abrangente devem tomar como fundamento a representação coletiva objetivada nas práticas locais. Isso é fundamental para a valorização, o reconhecimento e a própria existência de vários grupos.

Ao entender como os conceitos são agrupados e representados pelos grupos sociais nos aproximamos das experiências dos territórios. Há uma estreita relação entre saberes e territórios que tem sido negligenciada pelas perspectivas isonômicas, supostamente neutras e imparciais. Vejamos o caso da teoria crítica da raça. Essa perspectiva tem reforçado o entendimento sobre a inviabilidade de se forjar uma neutralidade das classificações e coloca-se como uma sequência de métodos destinados a refletir criticamente sobre as questões relacionadas à raça, ao racismo e ao poder (Delgado; Stefancic, 2021). Sendo assim, julgamos plenamente aplicável ao cenário da informação.

Furner (2007) indica alguns passos necessários para refletir e identificar desvios nos sistemas de classificação. Em primeiro, que desenvolvedores e demais envolvidos reconheçam e localizem, em seus sistemas, desvios (sub-representações, inadequações terminológicas). Em seguida, adotar o reconhecimento transparente quanto a não incorporação da neutralidade para o sistema. A seguinte corrobora em certo aspecto as representações sociais sobre a localização de expressões mediante nova coleta que denotem relação de sentimentos e crenças daqueles usuários identificados com o sistema. Devemos constituir e ampliar os sistemas específicos para atender determinadas comunidades locais. Tais comunidades isoladas são subjugadas pelo sistema do capitalismo global, como as religiões de matriz africana no Brasil (Umbanda, Candomblé, Tambor de Mina, Jurema Sagrada etc.).

Por fim, devemos elaborar e disponibilizar, em conjunto, critérios que permitam às comunidades de saberes produzirem, além da validação dos termos, a avaliação dos sistemas conforme o interesse do grupo

(Furner, 2007; Martínez-Ávila; Ferreira; Magro, 2015). Em outros termos, chegamos à urgente discussão da autodeterminação cultural e representacional como ferramenta para a recuperação ética da informação.

REFERÊNCIAS

- AFOLABI, M. Spiritual matters: provision for independent african churches in geneneral classification schemes. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 4, p. 210-213, 1992.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BARITÉ, M. *et al.* **Diccionario de organización del conocimiento**: clasificación, indización, terminología. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2015
- BARITÉ, M. *et. al.* Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformacao**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, maio/ago. 2010.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- CRUSOÉ, N. M. de C. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **APRENDER - Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 105-114, jan./jun. 2004.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- DELGADO, R.; STEFANCIC, J. **Teoria Crítica da Raça**. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FURNER, J. Dewey Deracialized: A Critical Race-Theoretic Perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas no tratamento da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, Zaragoza, v. 3, p. 105-117. 2009.
- GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, jul. 2007.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Arguments for 'The Bibliographical Paradigm'. Some Thoughts Inspired by the New English Edition of the UDC. **Information Research**, Borås, v. 12, n. 4, Oct. 2007. Disponível em: <https://informationr.net/ir/12-4/colis/colis06.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 30, n. 3, p. 17-21, Feb./Mar. 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; FERREIRA, M.; MAGRO, J. L. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire**, Zaragoza, v. 21, n. 2, p. 27-33, jul./dic. 2015.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007. p. 1-12.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e africanidades**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1-19, fev. 2009.

MIRANDA, M. L. C.; CABAN, F. M. Proposta de expansão da classe Espiritismo na Classificação Decimal de Dewey. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 107-132, set. 2020.

MIRANDA, M. L. C. ; SILVA, F. G. Religião e Cultura Periféricas: A representação do Islamismo na Classificação Decimal De Dewey. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 86-120, mar. 2019.

MIRANDA, M. L. C. *et al.* A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU e LCSH). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2011. p. 1-21.

- MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógicos filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-142.
- RUFINO, L. **Histórias e saberes de jongueiros**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2014.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra-PT, v. 63, p. 237-280, out. 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- SANTOS, M. F. S. Representação social e a relação indivíduo-sociedade, **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 2 n. 3, p. 133-142, dez. 1994.
- SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (org.). **Diálogo com a teoria das representações sociais**. Recife: EDUFPE; EDUFAL, 2005.
- SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.
- SILVA, M. F.; ALMEIDA, C.C. Representação das religiões de influência africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. **Scire**, Zaragoza, v. 24, p. 63-68, jul./dez. 2018.
- SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNGBrasilart, 1980.

